



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO.  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

**LAURICE MENDONÇA DA SILVEIRA**

**EDUCAÇÃO DO SURDO: LIBRAS COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL**

**Uberlândia MG  
2018**



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO.  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**LAURICE MENDONÇA DA SILVEIRA**

**EDUCAÇÃO DO SURDO: LIBRAS COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL**

Dissertação/Produto apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus.

**Uberlândia MG  
2018**

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central – UNIUBE

SILVEIRA, Laurice Mendonça da. **EDUCAÇÃO ESCOLAR DO SURDO: LIBRAS  
COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL.**

2018

Dissertação/produto apresentada à Universidade de Uberaba – UNIUBE. Área de  
concentração: Educação.

Orientador: JESUS, Osvaldo Freitas de.

**Laurice Mendonça da Silveira**

**EDUCAÇÃO DO SURDO: LIBRAS COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL**

Dissertação/produto apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em \_\_/\_\_/\_\_  
BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus  
(Orientador)  
Universidade de Uberaba- UNIUBE

---

Prof. Dra. Mirna Gertrudes Ribeiro Oliveira  
Instituto Máster de Ensino Presidente Antônio Carlos de Araguari

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho  
Universidade de Uberaba

## DEDICATÓRIA

*Dedico primeiramente a Deus, para ELE toda honra e glória.  
Às pessoas com surdez, que tanto necessitam de novos olhares,  
para uma vida inclusiva, em especial à Comunidade Surda de  
Araguari/MG, que sempre me acolheu, auxiliando na minha  
formação acadêmica.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à DEUS, merecedor de toda honra, por conceder sabedoria nas escolhas, pela proteção na caminhada e permissão de chegar até aqui.

À minha família, que sempre teve orgulho, da minha determinação, com apoio incondicional.

Ao meu companheiro, por estar ao meu lado, com tolerância, respeito e compreensão, incentivando e auxiliando em tudo.

Aos meus filhos, que com carinho, compreenderam o valor da minha dedicação e ausência.

À minha neta, que entendeu, que nesse período, eu estava muito ocupada.

Aos meus colegas de Mestrado, pelas trocas de aprendizados, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos.

Aos meus colegas de trabalho, pelo estímulo, em especial à Malu, pela companhia constante, durante esta formação.

Aos meus alunos, que colaboraram com meu aprendizado.

Aos todos meus professores, pelos conhecimentos transmitidos.

Ao meu orientador, Doutor Osvaldo, por acreditar nas minhas ideias e confiar na minha capacidade, com toda paciência, atenção e colaboração.

Tendo consciência, que sozinha nada disto seria possível, à todos muito obrigada.

*“As limitações das pessoas com deficiência, não os impedem de ter autonomia e realizar seus sonhos, seja em qualquer âmbito, profissional ou pessoal. Eles devem ser respeitados e terem reconhecido o trabalho que desempenham seja em qualquer atuação. Acessibilidade é para todos!”*

*(Alline Naves Teodoro)*

**RESUMO:** Esta pesquisa, um estudo de caso único e exploratório bem como a importância da utilização da LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, para alunos com surdez, na alfabetização. Procurando descrever o processo pedagógico, desenvolvido em uma escola privada, no município de Araguari/MG. Argumenta-se neste texto que entre aquilo que é requerido pelas políticas públicas e a situação concreta da escola, há um vazio, a ser preenchido.

O Surdo, filho de ouvintes, tem melhor desempenho na escola, quando os pais, na família, iniciam os filhos em LIBRAS e eles mesmos a utilizam na comunicação no convívio familiar. Além disso, esta pesquisa estuda as condições de que uma escola privada de Araguari dispõe para a realização da educação inclusiva e propõe alternativas. Com enfoque qualitativo, sendo bibliográfica e um estudo de caso, realizada dentro do Programa de Mestrado Profissional em Educação, na linha de pesquisa, Fundamentos da Educação: Planejamento e Gestão, utilizou-se do aporte teórico de Harold E. Lasswell, Stella Z. Theodoulou, Stephen Ball, Jefferson Mainardes, LDB/96, entre outras fontes. Como resultado, verificou-se que a escola privada pesquisada, embora tenha progredido na conquista das estruturas necessárias, para realizar a educação do aluno com surdez, muito há ainda para ser feito. Documentos da escola, relativos ao processo pedagógico, foram examinados, inclusive o PPP- projeto político pedagógico, mas na estrutura atual da escola, o espaço para a educação do aluno com surdez é incipiente. Entre os textos das políticas educacionais, referentes à educação inclusiva e a realidade da escola, há um longo caminho, a ser percorrido. O produto final dessa pesquisa consta de duas partes: um guia de noções básicas de LIBRAS e dois – um glossário contendo as sinais comuns da comunicação diária. Eles serão utilizados na formação complementar dos professores da referida escola, pois ela incluirá em sua agenda a educação dos alunos com surdez.

**Palavras-chave:** Família. Educação Inclusiva. LIBRAS. Política Educacional.

**ABSTRACT:** This research, a unique and exploratory case study as well as the importance of the use of LIBRAS - Brazilian Sign Language, for students with deafness, in literacy. Looking to describe the pedagogical process, developed in a private school, in the municipality of Araguari / MG. It is argued in this text that between what is required by public policies and the concrete situation of the school, there is a void, to be filled.

The deaf, son of listeners, performs better in school when parents in the family start their children in LIBRAS and use it themselves in communication in the family. In addition, this research studies the conditions that a private school in Araguari provides for the realization of inclusive education and proposes alternatives. With a qualitative focus, being a bibliography and a case study, carried out within the Professional Master's Program in Education, in the line of research, Foundations of Education: Planning and Management, the theoretical contribution of Harold E. Lasswell, Stella Z. Theodoulou, Stephen Ball, Jefferson Mainardes, LDB / 96, among other sources. As a result, it has been found that the private school surveyed, although it has progressed in achieving the necessary structures, to carry out the education of the deaf student, much remains to be done. School documents related to the pedagogical process were examined, including the PPP-pedagogical political project, but in the current structure of the school, the space for the education of the student with deafness is incipient. Among the texts of educational policies, concerning inclusive education and the reality of the school, there is a long way to go. The final product of this research consists of two parts: a LIBRAS basics guide and two - a glossary containing the common signs of daily communication. They will be used in the complementary training of the teachers of the mentioned school, because it will include in its agenda the education of the students with deafness.

Keywords: Family. Inclusive education. LIBRAS. Educational politics.

## **SIGLAS**

### **ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS**

**AEE** – Atendimento Educacional Especializado.

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular.

**CEM** – Centro Educacional Municipal.

**CEMEI** – Centro de Municipal de Educação Infantil.

**CNE** – Conselho Nacional de Educação.

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos.

**FENEIS** – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

**LDB** – Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

**LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais

**NAI** – Núcleo de Apoio à Inclusão/ departamento da Secretaria Municipal de Araguari.

**MEC** – Ministério da Educação.

**PNE** – Plano Nacional de Educação.

**OK** – Equivalente à expressão em português “Está Bem”.

**ONU** – Organização das Nações Unidas.

**SEESP** – Secretaria de Educação Especial.

## SUMÁRIO

Memorial .....	12
Introdução .....	15
1. Capítulo 1	
1.1. Políticas Públicas Inclusivas .....	19
2. Capítulo 2	
2.2. LIBRAS: Um Novo Horizonte .....	23
3. Capítulo 3	
3.1. A Escola da Intervenção .....	32
3.2. Considerações Finais .....	36
Referências .....	37
<u>ANEXO/ COMPÊNDIO</u> .....	41
Orientações para Pais e Educadores	
1. Meu aluno é surdo e agora? .....	41
1.1 O que é Surdez? .....	41
1.2 O que fazer? .....	41
1.3 A LIBRAS .....	42
2. Escola e em Casa	
2.1 Como ajudar um aluno com surdez a progredir na escola .....	42
2.2 Como proceder em casa e na escola para que o ambiente seja alfabetizador? .....	43
2.3 Como transmitir ao aluno com surdez sobre cultura e comunidade surda? .....	43
3. O essencial da Língua Brasileira de Sinais	
3.1. Glossário .....	43
3.2. Sinais .....	44
Referências .....	111

## MEMORIAL

Eu nasci na Fazenda Brejaúba/Arantes, no município de Campina Verde, Minas Gerais, no dia dez de agosto de mil novecentos e sessenta e seis. Meus primeiros anos escolares, foram numa pequena escola, em Iturama, Minas Gerais, onde tive a sorte das minhas primeiras professoras despertarem em mim, o desejo de ser professora. Aos dez anos, tive meu primeiro aluno, com aulas particulares de matemática, recordo que sentia vaidosa pelo ofício.

Após concluir o então ginásio, em 1985, iniciei o primeiro colegial, mas ainda com desejo de ser professora, após finalizar e ser aprovada nessa série, fui para o curso Magistério, na mesma escola, concluindo o mesmo no ano de mil novecentos e oitenta e sete. Iniciei minha carreira sendo eventual na Escola Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, assumindo como professora regente somente anos depois na Escola de Educação Infantil “Pré-Escolar Comecinho de Vida”, na qual trabalhei por dois anos, depois por mais dois anos em outra Escola Infantil “Arco-Íris”.

No ano 2.000, a convite de uma amiga, fui aprender LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, na Associação dos Surdos de Araguari, num curso oferecido pela FENEIS- Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos de Belo Horizonte<sup>1</sup>. Nos anos seguintes outros cursos de LIBRAS. Em dois mil e dois ao passar no concurso municipal de professora para surdos, fui trabalhar na Escola Especial para Surdos “Ozires Santos Monteiro”, (uma instituição pequena, com três turmas, que oferecia do primeiro ao quarto ano, para crianças, jovens e adultos com surdez. Esta a partir de 2008, deixou de receber alunos no modelo de segregação, como era na Educação Especial, oferecendo o AEE- Atendimento Educacional Especializado na sala de recursos, para alunos com surdez, matriculados no ensino regular do município, como é na proposta da Educação Inclusiva). Damázio, 2007.

Durante os anos em que estive à frente da sala de aula, com alunos surdos, foram vários os momentos de angústia, devido às famílias desses alunos e demais profissionais da instituição, não dominarem a língua de sinais. Os mesmos comunicavam-se somente com os colegas da sala e na escola por meio da língua de sinais, mas com os demais a comunicação era através de mímicas, acenos, numa linguagem não estruturada na LIBRAS, ficando

---

**1 - Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos** é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas em educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos.

comprometida a troca de informações, quando surgiam assuntos mais delicados ou reuniões, esses não faziam parte das conversas.

Incomodada com a aquela situação, busquei informações em vários lugares, porém em vão, porque esse fato era comum para maioria dos ouvintes que conviviam com surdos. Diante disso muitos alunos surdos abandonaram a escola, não dando continuidade aos estudos, pois além dos profissionais, os responsáveis também não sabiam como orientá-los, para prosseguirem na vida acadêmica.

Sendo proposta governamental, a Educação Especial Inclusiva, foi necessário criar no município de Araguari/MG o Núcleo de Apoio à Inclusão – NAI<sup>2</sup>. Como havia participado de vários cursos com ênfase nessa modalidade, tanto como ouvinte ou/e organizadora, fui convidada a fazer parte da equipe desse núcleo. Foi então que passei à trabalhar junto com psicopedagoga, psicóloga escolar, aprendendo ainda mais sobre alunos com deficiências, conhecendo e aprofundando sobre o trabalho voltado para as pessoas com surdez, elaborando materiais para a escola deles. Crescendo meu interesse nessa área, iniciei novos estudos, ingressando na graduação, logo que conclui, fui para a pós-graduação em Educação Especial e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, aprofundando ainda mais meus conhecimentos, participando de cursos de capacitação voltada para essa área e para compreender ainda mais sobre a inclusão.

Tempos depois, estando trabalhando na faculdade da cidade, como docente no Curso de Pedagogia, encontrei alunos com surdez. Daí aumentou minha preocupação com a falta de conhecimento da LIBRAS, pelos educadores e familiares dessas pessoas. Visto que tempos atrás, participando das reuniões da Sociedade de Surdos, percebi que isto também é uma preocupação dos mesmos, pois poucos são os surdos, que concluem os estudos, devido à barreira na comunicação, pela falta de envolvimento de seus responsáveis e do domínio dessa língua pelos profissionais das instituições, no cotidiano escolar deles.

Em 2016, após passar por um processo seletivo, ingressei no Programa de Mestrado Profissional em Educação, UNIUBE – Universidade de Uberaba, Campus Uberlândia, quando percebi a possibilidade de estudar e pesquisar sobre educação inclusiva, na tentativa de elaborar um produto que pudesse assim como informar aos profissionais, envolvidos no

---

2 - NAI – Núcleo de Apoio à Inclusão, departamento da Secretaria Municipal de Araguari, criado conforme lei Municipal 4.223 de 11 de fevereiro de 2006.

processo educacional, sobre a língua brasileira de sinais. Como também orientar e estimular os familiares sobre a importância de aprender e comunicar com seus filhos desde cedo, através dos sinais. Por meio desse memorial, pretendi trazer ao leitor algumas informações que possam auxiliá-lo a compreender as razões do meu envolvimento com LIBRAS e com a educação inclusiva. Como uma língua basicamente ideográfica, LIBRAS é uma riqueza, a ser explorada. No momento, entretanto, LIBRAS tem sido vista sob a ótica funcionalista, isto é, ela funciona assim e não de outro modo.

Aqueles que trabalham com LIBRAS precisam ultrapassar a fase do saber usar, para conhecer e compreender o que usam. A linguística, enquanto foi filologia e historiava as línguas, nunca pôde compreender a natureza da linguagem. Com os avanços da fonologia, da sintaxe, da semântica e, sobretudo, da pragmática, a língua pôde ser vista em sua natureza.

LIBRAS é um código, como alguns afirmam? LIBRAS tem uma sintaxe própria? Os sinais gestuais são convencionais como os fonemas e os grafemas? Enfim, há muitas perguntas, a serem postas àqueles que interpretam.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, um estudo de caso único e exploratório, procura descrever o processo pedagógico, desenvolvido em uma escola privada, que foi escolhida para realização desse estudo, por ser no município de Araguari/MG, residência da pesquisadora e também devido uma aluna na faculdade e estagiária nesta escola, ir buscar informações de como trabalhar com uma criança surda, que havia chegado na sala, onde era monitora. Ela sob orientação falou com a direção e solicitaram a presença da pesquisadora, para esclarecer, sobre surdez e língua de sinais. Daí a elaboração do projeto de intervenção. Pois pesquisar e executá-lo, quando é solicitado é mais sensato do que impor em outra escola, além de deixar contribuições não só para esta escola, mas também para as pessoas com surdez e seus familiares, incluindo-as em quaisquer instituições de ensino.

Tendo como foco a utilização de LIBRAS pelos profissionais dessa escola, alunos e pais. A pesquisadora, uma professora de LIBRAS, apresenta um conjunto de propostas que visam nortear o trabalho pedagógico com os Surdos.

A educação inclusiva não é mais uma possibilidade, mas sim uma obrigação do Estado, um dever da família e uma tarefa da escola. Mais precisamente, o paradigma da inclusão deve se tornar uma das próximas páginas importantes da vida da sociedade. A Constituição Federal, na secção dos direitos fundamentais, reconhece a cidadania como direito de todos sem distinção. Nesse cenário, a escola desempenha um papel fundamental, pois a deficiência não é mais uma barreira, mas apenas um obstáculo, a ser contornado.

Nessa visão de cidadania, um papel importante é atribuído à escola. Como afirma Mantoan, 2015, as “escolas inclusivas envolvem a reorganização completa dos processos de ensino e uma concepção diferente de aprendizagem escolar”.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento, segundo suas capacidades, expressando suas ideias livremente, participando ativamente das tarefas de ensino, assim como desenvolvendo-se como cidadãos. Mantoan, 2010.

A inclusão escolar trabalha para que não haja qualquer restrição aos alunos, quando esses apresentem alguma dificuldade para acompanhar o processo pedagógico, respeitando os direitos de todos, estimulando o aprendizado, sem discriminação ou exclusão de suas turmas.

A escola, na perspectiva inclusiva, leva em conta as diferenças, questionando, discutindo e redescobrando suas práticas pedagógicas, sem contrapor, abrindo caminho para o novo, buscando a participação de todos envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Na teoria pode parecer fácil, porém na prática, os caminhos traçados e as mudanças esperadas em sala de aula são lentas, pois a educação, para ser inclusiva, não depende só da instituição escolar, mas sim de uma rede de pessoas, envolvidas nesse processo, denominado “educação”. Ele perpassa as tradições, levando em conta novos conceitos e práticas pedagógicas.

A inclusão escolar é uma ação global, na qual, quaisquer formas de exclusão e segregação são reprovadas. Ela enseja profundas mudanças nas instituições educacionais, requerendo a acessibilidade arquitetônica, rompendo as barreiras de acessos por meio da acessibilidade pedagógica, o que facilita a compreensão dos conteúdos. Lei 13.146/15.

O acesso e permanência na escola, com a acessibilidade comunicacional, rompem com as barreiras do silêncio, dando voz àqueles que comunicam através das mãos, assegurando a presença de intérpretes, para facilitar o diálogo entre surdos e ouvintes, com ensino da língua portuguesa na modalidade escrita, para os que têm surdez, com plena participação daqueles que tenham quaisquer deficiências. Lei 13.146/15.

A Constituição Brasileira assegura, desde 1988, no seu artigo 205, o direito à educação para todos, sem nenhum tipo de discriminação. Sendo uma determinação da lei maior, a adaptação dos ambientes escolares assegura a independência e autonomia dos educandos com deficiência, aumentando a cada ano, o número de matriculados nas escolas regulares.

E o comparecimento desses alunos com deficiências, nas instituições escolares, tem possibilitado a mudança no pensar, no acesso e adaptações em todos sentidos e aspectos, que possam valorizar e estimular as participações ativas e humanizadas, pois todos são desafiados à buscar resultados que superem as dificuldades e necessidades individuais, tanto dos educandos como dos educadores.

Percebe-se que em todo território nacional, há uma preocupação em instruir educadores e demais profissionais ligados à educação, para enfrentarem as diversidades pessoais, que surgem a todo tempo nas instituições de ensino. Só a matrícula desses alunos não é suficiente, para assegurar a continuidade e o progresso deles. É necessário disponibilizar recursos e acessibilidades nas escolas.

Os princípios definidos na atual política são ratificados pelas Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010, que no documento final salientam:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e

continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas. (MEC, 2008)

Dúvidas são frequentes, pois surgem diversas deficiências. Porém é necessário oferecer um ensino acessível e de qualidade, que rompa com as barreiras e as limitações que a própria deficiência impõe. O envolvimento das famílias é também de fundamental importância para o progresso desses alunos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência veicula a ideia de que a limitação de uma pessoa com deficiência é determinada pelo ambiente. Desse modo, define que “[...] pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (ONU, Art. 1, 2006, pp. 16).

É importante facilitar o acesso e a permanência desses alunos com deficiências, nas escolas, bem como a entrada e frequência no atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncional, como proposta inclusiva, nas três modalidades, de acordo com Damázio, 2007 os quais são:

O AEE em LIBRAS que é a organização didática de ensino, por um professor com total domínio da língua de sinais, visto que tudo será nessa língua, utilizando recursos visuais variados, que venha auxiliar a compreensão e aprendizado dos conteúdos curriculares ensinados na sala de aula comum.

O AEE de LIBRAS esta modalidade ocorre após a realização do diagnóstico sobre os conhecimentos que o aluno com surdez tem, da língua de sinais, para ampliar o aprendizado dessa língua, de acordo com as necessidades percebidas, pelo professor professor/instrutor de LIBRAS, (Decreto Nº 5.626/05), transmitindo o ensino com segurança e motivação.

O AEE da Língua Portuguesa, que é o ensino dessa língua, por um professor de preferência com formação em letras, que tenha domínio dos pressupostos linguísticos teóricos, que possa facilitar o aprendizado da gramática, estimulando-os a perceberem a estrutura da língua, dos significados concedidos às palavras, bem como a organização delas ao formarem frases e textos.

Sendo uma educação acessível à todos.

Esse atendimento estimula a aprendizagem com reflexos na sala de aula regular. É importante ressaltar que para o aluno com deficiência ter o atendimento educacional especializado, deve estar matriculado no ensino comum, pois os atendimentos não substituem o ensino regular, eles são uma complementação, Decreto Nº 7.611/11.

O conhecimento e o respeito às normas que regulam a educação inclusiva fazem parte do cenário escolar inclusivo. Sem eles, a educação escolar inclusiva limita-se a ações isoladas e paliativas, pouco construtivas. Nessa perspectiva, o currículo escolar deve incorporar mudanças que normalizem as conquistas da educação inclusiva. Decreto Nº 5.296/04.

Além da preocupação com a acessibilidade arquitetônica, para alunos com cegueira ou cadeirantes, deve ter prioridade também, a acessibilidade comunicacional, fazendo parte dessa temática a comunicação através da LIBRAS, por meio dos profissionais envolvidos e da família, sem o qual, tudo tornaria mais difícil. Decreto Nº 5.296/04.

A falha na comunicação é uma barreira para qualquer ser humano, para a convivência educacional, social e familiar. Como os responsáveis ouvintes poderão auxiliar os alunos surdos nas atividades escolares, se os mesmo não sabem a língua gestual visual? Como avaliar seus conhecimentos se não entendem o que estão sinalizando?

Essa preocupação deve ir além dos portões das instituições escolares, indo de encontro às necessidades dos alunos com surdez, também no seio familiar, sendo que, se os responsáveis comunicarem em casa através de sinais, o sucesso acadêmico será notável, acontecendo assim a verdadeira inclusão, onde educandos, educadores e família estarão unidos no mesmo intuito, que é o sucesso dos alunos.

Esta pesquisa culminou em um produto/material pedagógico, a ser utilizado na escola, a qual foi objeto desse estudo de caso. Visando facilitar a atividade docente e a aprendizagem de LIBRAS por parte do Surdo e, contando com o envolvimento da gestão da escola, um manual de LIBRAS sintetiza pontos-chaves, a serem compartilhados com outros professores da escola. Um conhecimento básico de LIBRAS por parte de todos professores é muito importante.

O texto dessa dissertação/produto compõe-se das seguintes secções: 1 – **políticas públicas inclusivas**, o qual sintetiza as principais políticas públicas educacionais que tratam da inclusão; 2 – **LIBRAS, o novo horizonte**, o qual apresenta os princípios fundamentais sobre LIBRAS; 3 – **A escola da intervenção**, descrita em linhas gerais e **objeto da intervenção** que resultou nessa dissertação.

## **CAPÍTULO 1**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS**

Considerado um dos primeiros teóricos da política pública, Lasswell (1958) entendia que tudo aquilo que o governo realizasse em benefício da sociedade seria considerado política pública. Embora sendo psicólogo social, envolvido com a questão da comunicação social, preocupava-se com as questões políticas e administrativas de seu tempo.

As políticas públicas educacionais podem ser distributivas, redistributivas e regulatórias. A primeira, para minimizar as desigualdades sociais, distribui bens, tais como moradia, bolsa-família, entre outros. A segunda, com o mesmo objetivo, distribui itens sociais que complementam os primeiros. Depois da moradia, vem a educação, o acesso à saúde, à segurança, entre outros. As regulatórias, por sua vez, normatizam a vida pública e privada, conforme o caso. A LDB/96 regula a educação no país.

Para serem eficientes em seus efeitos, elas requerem definição clara de seu objeto, planejamento das ações, execução propriamente dita e a avaliação de seus efeitos. A educação inclusiva, como política pública regulatória, passou por um longo processo histórico.

Hoje, entende-se que pessoas com deficiências, possuem limitações, para executar algumas tarefas, normalmente executadas por outros, porém deficiência não é sinônimo de doença, especificamente a pessoa com surdez. Ela pode ter uma vida comum, utilizando a língua gestual na comunicação, para expressar e interagir com o mundo que a rodeia, tendo uma vida plena como qualquer pessoa ouvinte.

Conforme a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU – Organização das Nações Unidas, 2006, as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, ou sensorial (visão ou audição) ao quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade de condições com as demais pessoas.

As Políticas Públicas, voltadas para a Educação Especial Inclusiva, perpassam por todos níveis, etapas e modalidades de ensinos, conforme registra os marcos históricos brasileiros, sendo isto desde a década de 60. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser regulado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024/61, a qual estabelece o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial, responsável pela gerencia da educação especial no Brasil. Na sequência, em 1988, a Constituição Federal em

seu art. 3º, inciso IV, afirma que a educação “promove o bem de todos sem preconceito de origem, cor, raça, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”.

Nos artigos 205 e 206, ela define “a educação como direito de todos, com igualdade de condição, acesso e permanência na escola”. Também a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e Adolescente, ECA, no seu artigo 55, diz que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, no artigo 59, afirma que o sistema de ensino deve organizar currículos que atendam às necessidades dos alunos. Por sua vez, em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, estabelece a política nacional e define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, ordena que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

Porém o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, ressalta que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Referindo ainda para a necessidade de formação profissional e ao atendimento educacional especializado.

Já a Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, “afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas”.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior deva oferecer formação docente voltada para as diversidade humanas, preocupando assim com os alunos com necessidades educacionais especiais.

A Lei 10.436/2002 que regulamenta a LIBRAS – língua brasileira de Sinais como a segunda oficial no Brasil, é clara ao determinar que as instituições de ensino superior, nos cursos de formação de professores para exercícios do magistério, em nível médio e superior, de Pedagogia e Fonoaudiologia, Educação Especial, nas instituições públicas e privadas, devam incluir no seus currículos a LIBRAS com disciplina obrigatórias, contribuindo para a

disseminação dessa modalidade comunicacional, facilitando não só a inclusão dos alunos com surdez nos sistemas de ensino como também a permanência e continuidade dos estudos, pois a partir do momento que mais educadores dominam a língua de sinais, mais alunos com surdez serão promovidos em sua vida acadêmica.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular”. Alavancando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, “estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

O decreto nº 5.626 de dezembro de 2005, no art. 21, diz: A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. Há instituições que dispõem de um intérprete para milhares de alunos, dentre os quais estão os alunos surdos. Nesse sentido, a lei foi pouco instrutiva e permitiu uma interpretação negativa.

No parágrafo 2º, consta que as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Em 2006, na Convenção do Direito das Pessoa com Deficiência, aprovada pela ONU, está dito que “as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional (...)”. Na sequência, em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais (...)”

Para a implementação do PDE, foi publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, decreto nº 6.571/2008, tem alguns objetivos importantes, além do acesso e permanência dos alunos com deficiência, formação dos profissionais para atuarem no Atendimento Educacional Especializado e a participação da família no processo educativo.

Ela enfatiza que o aluno surdo deve ter acesso à Língua de Sinais como primeira e também a Língua Portuguesa na modalidade escrita, sendo que uma não substitui a outra. Aqueles que têm o domínio da língua de sinais têm o direito ao intérprete na sala de aula, para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes.

A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos 186/2008 e 6949/2009, em seu artigo 9º, afirma que “a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação”, nisto inclui a língua de sinais.

No intuito de oportunizar políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, das quais, aquelas que desempenham um sistema educacional inclusivo, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, instituiu-se, por meio do Decreto nº7612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Para enfatizar o decreto nº 6.571/2008, a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, ressalta novamente a importância de garantir a educação bilíngue para as pessoas com surdez, sendo a LIBRAS como primeira língua e como segunda o português na modalidade escrita, ao aprovar o Plano Nacional de Educação – PNE.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146, de 6 de julho de 2015, “foi destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Que destaca também a forma de comunicação através da LIBRAS.

A BNCC- Base Nacional Comum Curricular, pouco fala sobre a LIBRAS, porém na página 18, remete à Lei 13.146/07/2015, o que viabiliza as condições e igualdade do exercício dos direitos de todos, reforçando assim, que a inclusão social deve ser também através da comunicação através da LIBRAS.

## **CAPÍTULO 2**

### **LIBRAS: UM NOVO HORIZONTE**

O que é LIBRAS? É a sigla da língua brasileira de sinais, naturais da comunidade surda, utilizada na comunicação entre surdos/surdos e surdos/ouvintes, tem sua origem na Língua de Sinais Francesa, sendo reconhecida como uma língua com estrutura própria por meio da Lei 10.436/2002.

Para entender a origem da língua de sinais é necessário mergulhar na antiguidade, na educação dos surdos, a qual variava de acordo com o ponto de vista, que se tinham a respeito deles, sendo que ao acompanhar a história, percebemos que os gregos e romanos, não consideravam os surdos seres humanos, pois para eles a fala era fruto do pensamento, porém se não falavam, então não pensavam, e se não pensavam não era humanos. Não tinham direito às instruções educativas, à testamentos, de comparecer aos lugares juntos com ouvintes e até o século XII os mesmos eram proibidos de casarem. (Honora, 2009)

Aristóteles, ao achar, que o ouvido era o órgão indispensável para instruções educativas, deu sua contribuição para que o surdos fosse visto, como ignorantes, incapazes de receber quaisquer conhecimentos. (Honora, 2009).

Na Idade Média, a Igreja Católica, por acreditar que o homem foi criado “à imagem e semelhança de Deus” (Gênesis C1 V 26), então as pessoas com deficiências, não eram considerados humanos, discriminando ainda mais as pessoas com surdez.

Porém isto incomodava à Igreja no tocante às famílias abastadas. O que levou ela a preocupar e dar atenção aos surdos, filhos dos nobres, porque tais pessoas não viam confessar, por não ter uma língua estruturante para seu pensamento. Outra preocupação era a quantidade de bebês que nasciam surdos nos castelos, devido aos casamentos entre primos, sobrinhos, tios e até irmão, para não dividirem a herança com outras famílias.

Diante da quantidade de surdos nos castelos, a Igreja em troca de grandes fortunas, enviou os monges que estavam em clausura, pois os mesmo devido ao Voto do Silêncio, para não ficarem totalmente incomunicáveis, haviam criado uma linguagem gestual, estes religiosos teve a missão de educar os filhos surdos dos nobres de grandes famílias. Possuindo uma língua, eles poderiam participar dos rituais católicos e manter suas almas vivas. (Mazzota, 1996).

Antes de 1750 conforme pesquisa, o que se encontra sobre os surdos era a marginalização, que eram obrigados a trabalharem em trabalhos indignos, devido à falta de comunicação estruturada, tidos como incapazes, loucos, proibidos de frequentarem ambientes

sociais, quando filhos de nobres eram forçados a falar e ler para serem reconhecidos como tais, para conseguirem heranças e títulos, nesta época não havia escolas especializadas para surdos. Conforme Rosa, 2012, “alguns educadores que dispuseram à trabalhar com eles, obtendo resultados diferentes, devido à prática pedagógica utilizada”. Sendo o objetivo principal fazer os surdos desenvolverem seus pensamentos, dando instruções para relacionarem no mundo dos ouvintes. (Lacerda, 1998).

Conforme relatos na história de educação dos surdos, na Espanha, 1555, o Padre Beneditino Pedro Ponce de León, instruiu uma pessoa da nobreza, nesse ensino foi usado o alfabeto manual (datilologia), a escrita e a prática da fala. As instruções às pessoas surdas da nobreza, tinham como intuito, serem reconhecidas e respeitadas como cidadãos, tendo o direito de quaisquer ouvintes nobres da época (Duarte, 2013).

O sucessor de Pedro Ponce de León, foi o professor Ramírez de Carrión (1579-1652), que também instruiu muitos surdos nobres da Castelhana (Duarte,2013).

Ainda conforme pesquisas de Duarte, 2013, foram inúmeras publicações em livros pelos padres e professores espanhóis Juan Pablo Bonet (1573 – 1633) e Lorenzo Hervás Panduro (1735 – 1809). O trabalho de Bonet, “Redução das letras e arte de ensinar a falar os mudos” (1620), era fundamentado no alfabeto manual. O médico Wilhelm Kerger e o escritor Daniel Georg Morhof (1639 – 1691), espalharam o método de Bonet pela Alemanha (Perello, Tortosa, 1978; Ghirardi, 1999; Duarte,2013).

Pedro de Castro, foi um médico espanhol, que também seguiu os princípios de seu professor Ponce León, ao instruir o filho do príncipe de Saboia, ele empenhou na educação de surdos, e mesmo após sua morte em 1663, suas metodologias expandiram até à Itália, através de seus discípulos. (Sacks, 1998; Ghirardi, 1999; Ladd, 2003; Duarte, 2013).

O que percebe nos relatos históricos sobre surdos e educação, é que há uma estreita relação entre religião, medicina e a educação. Nota-se, que os maiores educadores ou eram religiosos ou eram médicos. Mas ao analisar esta relação, não é ruim, demonstra que educação, saúde e religião são de fundamentais importância para a convivência humana. Tanto é que, o religioso Charles de l'Épée, em 1750, que aprendeu a língua se sinais com os surdos pobres, que vivam nas ruas de Paris. Apresentou essa metodologia gestual à demais surdos, garantindo as mudanças que refletem até os dias atuais, ao fundar em Paris a primeira escola para surdos o Instituto de Surdos de Paris, em 1799, com aulas coletivas e não individuais, a primeira no mundo. (Perello, Tortosa, 1978; Rabelo, 2001). Sendo o abade Roch-Ambroise-Cucurron Sicard (1742- 1822), sucessor de Charles de l'Épée, deu sequência

ao uso do alfabeto manual com os sinais metódicos, por acreditar na educação dos surdos (Perello, Tortosa, 1978; Carvalho, 2007; Duarte 2013).

Segundo as pesquisas de Duarte, 2013, foram inúmeros professores e médicos que dedicaram suas pesquisas, e estudos sobre a linguagem, a fala para surdos, porém alguns foram mais veementes, como o doutor Itard, que publicou em 1821, sobre a relevância da língua de sinais para educação dos surdos (Perello, Tortosa, 1978; Sacks, 1998; Ghirardi, 1999; Duarte, 2013).

No decorrer dos anos, muitos professores, desprezava a língua gestual, levando em conta o oralismo, não permitiam o uso dos sinais, pois não acreditavam no progresso dos surdos através dessa modalidade. Porém com a interferência da metodologia de l'Épée, expandiram para outros países fora da França, confrontando com as metodologias oralista, enfraquecendo-a. (Perello, Tortosa, 1978; Lane, 1997; Sacks, 1998; Duarte, 2013).

Outro educador que deixou sua marca na história da educação para os surdos, foi o americano Thomas Hopkins Gallaudet, (1787-1851) quando foi para a Inglaterra em 1815, pesquisar outras metodologias, para o ensino dos surdos, como naquela época não era comum difundir conhecimentos, ele não obteve sucesso em suas buscas, porém ao visitar o Instituto Nacional de Surdos-mudos de Paris, além do aprendizado da língua de sinais francesa, aprendeu também as metodologias que lá usavam. Voltando aos Estados Unidos em 1817, com o francês Laurent Clèrc (1785-1869), criou a primeira escola específica para alunos com surdez, a American School for the Deaf, usando o francês sinalizado. Com a junção da língua de sinais francesa com a língua de sinais americana, Gallaudet e Clèrc foram os pais da American Sign Language (ASL) (Perello, Tortosa, 1978; Lane, 1997; Ladd, 2003; Carvalho, 2007; Duarte, 2013). As escolas públicas americanas consentiram o uso da ASL, em 1821, que teve a interferência do Método Francês Sinalizado. Já em 1864, Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet criou a Universidade Gallaudet em Washington, sendo a primeira para surdos. (Perello, Tortosa, 1978; Bernardino, 1999; Duarte, 2013).

Mas com a influência do avanço tecnológico, que facilitava a audição, a fala para os surdos foi estimulada, visando a reabilitação e o ensino da língua oral. Com a morte de Laurent Clèrc o símbolo da educação para pessoas com surdez, a modalidade gestual passou a ser reprimida (Quadros, 1997; Carvalho, 2007; Duarte, 2013).

Um grande estimulador do oralismo, apesar de ter a mãe e a esposa surdas, foi o cientista e inventor Alexandre Graham Bell (1847-1922), que conforme a história, em 1878, criou o telefone na tentativa de idealizar dispositivos que ajudassem a amplificação dos sons, pois não aceitava a surdez das duas, ele teve grande influência, no método oralista, que foi

aprovado no mesmo ano, no I Congresso Internacional de Educação de Surdos em Paris, frisando que só através da fala os surdos poderiam ser inclusos na sociedade, inserindo também a leitura labial, (Perello, Tortosa, 1978, Ladd, 2003; Duarte, 2013).

Já em 1880 no II Congresso Internacional de Surdos em Milão, decidiu-se que a língua de sinais era inferior à língua oral de cada País, as alterações realizadas por professores ouvintes, pois os professores surdos foram excluídos, ecoando esta decisão por quase cem anos (Duarte, 2013).

No século XX, devido a proibição da língua gestual, a maioria das escolas, já não a usava mais, porém os surdos ainda utilizavam os sinais nas comunicações entre eles (Skliar, 1998; Santos, Shiratori, 2004; Thoma, Lopes, 2005; Duarte, 2013).

O chamado Império Oralista, foi predominante durante quase um século, foi só em 1960, após várias críticas pelas proibições, pesquisas demonstraram que a língua de sinais possuía todas as características da língua oral (Perello, Tortosa, 1978; Wrigley, 1996; Sacks, 1998; Bernardino, 1999; Duarte, 2013).

Mesmo com tantas influencias motivadoras ou contra à língua de sinais, descritas na histórias da educação dos surdos, no Brasil o relato dessa modalidade chegou em 1855, quando o Imperador Dom Pedro II, trouxe para o País o professor francês que era surdo e seguidor de l'Épée, Hernest Huest, para dar início à educação com os surdos (Goldfeld, 1997, 2003; Quadros, Perlin, 2007; Strobel, 2008). Hernest Huest, trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais, dando origem à Língua Brasileira de Sinais (Duarte,2013).

Já em 1857, no dia 26 de setembro foi inaugurado no Rio de Janeiro o Instituto Nacional de Educação de Surdosmudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), passando os surdos brasileiros terem uma escola especializada, favorecendo a despontar da LIBRAS – língua de sinais brasileira. Porém em 1911 o INES, como em todo mundo, assumiu a filosofia oralista, rompendo esta somente em 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, dando início a Comunicação Total, (Honora,2009), uma filosofia educacional que defende os diversos recursos linguísticos, como a língua de sinais, linguagem oral, códigos manuais, entre outros facilitadores na comunicação com as pessoas surdas, garantindo a comunicação e harmonia entre as línguas orais e sinalizadas (Portal Educação).

Apesar da língua de sinais voltar a ser aceita, a LIBRAS não tinha ainda a legalidade, porém nas décadas de 70 e 80, foi criado a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), que em 1986 trocou o nome para FENEIS – Federação

Nacional de Educação e Integração dos Surdos, com ensino de LIBRAS exigido pelos surdos, sendo eles responsáveis pela instituição e por suas decisões (Sabanai, 2007).

Também na década de 80 a partir das pesquisas da professora Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da professora Eulália Fernandes, a respeito da educação dos surdos, o bilinguismo foi adotado, (Honora, 2009).

A LIBRAS, só foi oficialmente legalizada, em 24 de abril de 2002, passando assim, ser a segunda língua oficial do Brasil, conforme Lei 10.436/02,

Artigo 10: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Com a legalização, ela passou ser também, disciplina obrigatória, nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos.

Após percorrer a história da educação dos surdos, pode-se entender que, a LIBRAS é um sistema de representação gestual visual de conceitos, com o qual Surdos e usuários-conhecedores comunicam-se entre si. Embora alguns pensem que LIBRAS seja apenas um código, ou simplesmente gestos, as evidências apontam para outra direção. O código Morse, por exemplo, realiza sua função, passando por uma língua natural. Ele não dispõe de autonomia, inclusive não é suporte de pensamento.

De maneira diferente, porém estruturada LIBRAS, é uma língua justamente por ter regras, “ela pode ser comparada à complexidade e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou racional, complexo ou simples,” Honora, 2009. Permite que seu usuário comunique-se com os outros.

Segundo Quadros, 2004, a LIBRAS é uma língua com gramática própria, ao que é nomeado palavra ou item lexical em língua portuguesa, na LIBRAS é chamado de “sinal”.

Na Língua Portuguesa a modalidade é oral-auditiva, já na língua de sinais a modalidade é visual-gestual, ou seja, é através dos sinais (gestos executados no espaço) e percebidos pela visão. Tem status de língua porque, como nas línguas orais possui níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintáticos e o semântico e o pragmático, sendo estes níveis percebidos pelos seus parâmetros os quais são: configuração de mão, ponto de articulação, orientação, movimento, expressão facial e/ou corporal. A configuração de mão é a forma que a mão assume ao realizar um sinal. O ponto de articulação é o lugar onde o sinal é executado, podendo tocar ou não no corpo. A orientação é a direção para a qual a palma da mão aponta na execução do sinal. O movimento pode envolver várias formas e direções, podendo também não ter movimento algum. As expressões faciais complementam as sinalizações, pois revela

emoções, sentimentos e intenções de quem está executando os sinais, percebendo então que a LIBRAS não é somente o alfabeto (datilologia), o qual é usado para escrever nomes próprios, para soletrar palavras que não há um sinal correspondente ou ainda para mostrar novas palavras à pessoas com surdez. Quadros, 2004.

Para o Surdo, LIBRAS é a primeira língua e o Português na modalidade escrita, se vier a aprendê-lo, será a segunda língua. O entendimento desse fato é fundamental, pois mergulhar o Surdo na escrita da língua portuguesa é uma aventura, pois a Língua Brasileira de Sinais não pode ser estudada baseada na Língua Portuguesa, devido a diferença gramatical. A escrita está associada à fala, a qual não é do conhecimento dele, MEC/SEESP, 1998.

Por ser pouco difundida, poucos são os pais que sabem o que fazer, quando têm um filho surdo. O ideal seria que estas famílias recebessem orientações, logo após saber da surdez do(a) filho(a). Infelizmente, na maioria dos casos, isto não acontece. E pior ainda, com pouca informação, a criança cresce em um ambiente, no qual a língua dominante é a oral-auditiva, MEC/SEESP, 1998.

Filhos surdos de pais surdos, quando, desde o nascimento, têm o contato com a língua de sinais, têm melhor domínio da LIBRAS, desenvolvem melhor o sistema cognitivo, afetivo e social, demonstrando melhor resultados acadêmicos (MEC 2006). Eles chegam à escola com uma língua estruturada, sendo necessário apenas a presença de um intérprete, para mediar a comunicação e transmissão dos conteúdos ministrado na sala de aula, pelos professores, que têm ou não o domínio da modalidade gestual.

Percebe-se também que, quando os pais são surdos e seus filhos são ouvintes, esses aprendem com facilidade a língua de sinais, para comunicar com seus pais, e muitas vezes, tornam intérpretes-natos, por ser comum essa comunicação no cotidiano.

Mas é também notável que pais ouvintes e filhos surdos, na grande maioria não aprendem LIBRAS. Para conversar com os filhos, criam uma comunicação não estruturada na LIBRAS em suas convivências diárias, o que não auxilia, quando os filhos chegam à idade escolar. Essa é uma preocupação das instituições de ensino, pois os alunos surdos analfabetos da língua de sinais, por não terem o conhecimento e uso dessa modalidade no seio familiar, muitas das vezes, não têm a família envolvida também no processo acadêmico. MEC/SEESP, 1998.

Na escola, ele deverá ser alfabetizado na língua portuguesa e esse processo será longo e muitas vezes sem êxito, se não tiver o domínio da língua de sinais, fica muito complexo o ensino da língua portuguesa, sem a aquisição da LIBRAS anteriormente. Por isso, é

importante que as famílias tenham antecipadamente o conhecimento e o uso da LIBRAS no seio familiar. MEC/SEESP,1998.

Em geral, as pessoas que não conhecem a língua de sinais – LIBRAS – pensam que a comunicação é feita somente através das letras do alfabeto, as quais, em LIBRAS, é denominada datilologia (FERREIRA, 2010). Assim sendo, não ensinar essa modalidade aos bebês e/ou crianças é um erro, com consequências frustrantes no futuro. Porque como as mães ouvintes com filhos ouvintes, usam a linguagem oral repetidamente para seus bebês, assim deverá proceder as mães de filhos com surdez, com o uso dos sinais. MEC/SEESP,1998.

O uso da datilologia é essencial apenas para palavras ou nomes que não possuem sinais. Em uma conversação, usam-se outros sinais referentes ao assunto. Não basta conhecer os sinais de forma assistemática. É preciso conhecer bem a estrutura gramatical, para combinar os sinais e formar as frases, EDUFU, 2009.

Por ser uma língua com estrutura específica, é constituída por combinações das configurações das mãos, dos movimentos, orientações/direções, pontos de articulações, locais onde são realizados os sinais, expressões faciais e corporais (IBIDEM, 2010).

Como na língua portuguesa, a LIBRAS, também apresenta variações conforme o regionalismo, e também não é universal, cada País tem a sua própria língua de sinais Honora, 2009.

Para ser aprendida a língua de sinais, são necessários constantes treinos e convívio com surdos e/ou a comunidade surda. Isso equivale dizer que os familiares/responsáveis por pessoas com surdez, principalmente em idade escolar, saibam mais sobre a área e sejam capazes de utilizar LIBRAS, permitindo a comunicação tanto nas intuições escolares, como em casa, Ana Cláudia, 2014.

Um aluno com surdez, matriculado na escola, necessita de um intérprete. De um instrutor de LIBRAS, de preferência também com surdez, conforme Decreto Nº 5.626/05, devido ao domínio e uso natural, da língua de sinais, será mais fácil, para ensinar-lhes e depois sim, o intérprete será o mediador na comunicação, Decreto Nº 5.626/05.

Enquanto esse aluno não possuir o domínio da língua de sinais, ele deverá ser incluído, considerando a comunicação com ele, que será feita e estimulada através da leitura labial, sempre de frente a ele ou no campo visual dele, sem exageros ao articular a fala, em tom natural, também o uso de recursos e estratégias visuais que acompanhem a oralidade, MEC/SEESPE, 2005.

Ao receber alunos com surdez, é normal que o profissional da instituição sinta-se inseguro. Para que aconteça uma real inclusão escolar desse aluno, é necessário que haja uma

colaboração, entre todos os envolvidos no processo educacional dele. Os professores devem primeiramente aceitar a inclusão, estar abertos aos novos conhecimentos e inovações, para que flua a comunicação assim como a aprendizagem, MEC/SEESP, 2005.

Para alunos ouvintes, são necessárias várias intervenções de outros profissionais, para auxiliar no progresso educacional, Godoi, 2013. O aluno com surdez, principalmente, aquele que chega à escola sem a língua de sinais, será mais que necessário o auxílio de AEE- atendimento educacional especializado, Decreto N°. 6.571/2008. Esses atendimentos serão nos tempos livres e não substituirão o ensino regular, visto que os mesmos, para terem acesso a esses atendimentos, deverão estar matriculados e frequentes na sala de aula comum de ensino regular. Sendo atendidos conforme a resolução N° 04/2009 por profissionais especialistas, na sala multifuncional no AEE, nas três modalidades: AEE de LIBRAS, AEE em LIBRAS e AEE da língua portuguesa na modalidade escrita, (DAMÁZIO, 2007).

E para que o progresso seja notável, a participação da família é de fundamental importância. A comunicação fluente através da LIBRAS e auxílio nas tarefas escolar, tem grande relevância, principalmente para alunos com surdez. SEESP, 1997.

Outro ponto essencial para o desempenho desse aluno é a comunicação com os demais colegas, no intervalo e nas tarefas de grupos. Sendo também importante aprendizagem de LIBRAS por todos. Se assim acontecer, esse aluno sentirá não só acolhido, mas também coparticipante de todo o processo educacional. SEESP/MEC, 2005

A língua materna, ou a primeira língua, é aquela adquirida naturalmente, no meio familiar. A criança ouvinte, ao chegar à escola, já tem um vocabulário próprio que expressa seu conhecimento de mundo. Na escola, ele alarga seu léxico e amplia seus conhecimentos gerais e específicos. SEESPE, 1997.

De um modo diferente, a criança surda, filha de pais ouvintes, em geral, chega à escola sem nenhum vocabulário, apenas com mímicas e apontamentos, sem estruturação linguística, essencial para auxiliar na aprendizagem dos conteúdos educacionais. A escola deverá ensinar a língua de sinais com toda estrutura necessária para comunicação compreensível e fluente, sem nenhum prejuízo no ensino dos demais conteúdos pedagógicos. Só então ela poderá melhor compreender a língua portuguesa na modalidade escrita. Decreto N° 5.626/05.

Isto muitas vezes se torna cansativo para o aluno com surdez, sendo que na maioria dos casos, quando completam uma certa idade abandonam os estudos, por acharem a língua portuguesa escrita, muito difícil. Tornando assim analfabetos, pois não conseguem grafar as palavras corretamente, numa comunicação escrita estruturada, ficando fora do mercado de trabalho, ou só tendo empregos que usufruam de mão de obra que não exigiam nada por

escrito, com baixo rendimento salarial, sendo que se fossem alfabetizados tanto na LIBRAS como na língua portuguesa, poderiam usufruírem de melhores colocações no mercado de trabalho, sabendo e conhecendo seus direitos. Estando preparados para a competitividade natural em grandes empresas, como muitos ouvintes. Nova Escola, 2017.

Saber comunicar fluentemente através da língua de sinais e também pela língua portuguesa escrita, dá às pessoas com surdez a autonomia e liberdade como qualquer cidadão ouvinte, Godoi, 2013. Sendo que hoje é comum tais pessoas chegarem ao mestrado, doutorado, por serem incentivados e estimulados desde a terna infância, em tais modalidades. Contribuindo também para as contratações de intérpretes de LIBRAS, tanto em empresas como em instituições educacionais diversas.

Percebe-se hoje, que saber comunicar através da modalidade gestual visual estruturada e o domínio do português escrito, dá às pessoas com surdez uma vida mais digna e bem sucedida, pois eles saem do anonimato, e alcançam voos jamais alcançados anteriormente pela comunidade surda, relatada na história. A inclusão faz a diferença ao utilizar a LIBRAS desde a educação infantil. E aprimorar os conhecimento sobre a língua de sinais e fazer dela um instrumento de comunicação com os surdos, com certeza, terá mais surdos inclusos, não só nas instituições de ensino, mas também em todos outros lugares, dominado outrora só por ouvintes, acontecendo assim a verdadeira inclusão.

## **CAPÍTULO 3**

### **A ESCOLA DA INTERVENÇÃO**

A Escola Infantil “Gotinhas de Amor”, da rede particular, que foi escolhida para realização desse estudo, por ser no município de Araguari/MG, residência da pesquisadora e também devido uma aluna na faculdade e estagiária nesta escola, ir buscar informações de como trabalhar com uma criança surda, que havia chegado na sala, onde era monitora. Ela sob orientação falou com a direção e solicitaram a presença da pesquisadora, para esclarecer, sobre surdez e língua de sinais. Daí a elaboração do projeto de intervenção. Pois pesquisar e executá-lo, quando é solicitado é mais sensato do que impor em outra escola, além de deixar contribuições não só para esta escola, mas também para as pessoas com surdez e seus familiares, incluindo-as em quaisquer instituições de ensino.

É localizada no centro da referida cidade, foi fundada pela então diretora no ano de 2000. Ela conta nesse ano de 2018, com 16 funcionárias, sendo: 11 Professoras: Pedagogas, Professora de Inglês, Educação Física, e de Balé (Expressão Corporal), 01 Supervisora, 01 Diretora, Auxiliar de secretaria e serviços.

Com ensino do Maternal ao 5º ano, contemplando 106 alunos de 0 a 10 anos, divididos entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Tendo na Educação Infantil: 21 alunos no maternal, 10 alunos no Primeiro Período e 14 alunos no Segundo Período.

No Ensino Fundamental I: 11 alunos no Primeiro Ano, 15 alunos no Segundo Ano, 14 alunos no Terceiro Ano, 10 alunos no Quarto Ano e 11 alunos no Quinto Ano.

Possui uma equipe em formação acadêmica, que busca o interesse da comunidade araguarina, com práticas, que facilitem a aprendizagem de seus alunos, principalmente sem deficiências.

Diante disso ao estar com aluno com surdez, pudesse ter meios, não só inseri-lo no contexto escolar, mas também favorecer um ensino de qualidade, para fazer a diferença não só para ele, mas também para todos envolvidos no processo educacional do mesmo.

Para facilitar a inclusão, todos os alunos e profissionais dessa referida escola, aprenderão a LIBRAS, foi pensado em aulas semanais com uma hora de duração, começando pela turma do referido aluno e depois nas demais. Pensando na possibilidade da comunicação e interação entre os colegas, e o mesmo levar essa modalidade gestual para sua família, abrindo caminho para a aceitação do uso da língua de sinais, favorecendo seu progresso educacional e social.

Visto que, no projeto político pedagógico da escola “Gotinhas de Amor”, não foi mencionado a educação para surdos, pois o mesmo foi elaborado baseado na clientela recebida na mesma no início do ano, será necessário o mesmo ser revisto com novos olhares, visando a inclusão não só de alunos com surdez e com algumas síndromes, mas também de outras deficiências mais comuns nos dias atuais, por causas não relevantes para esse momento.

Sendo assim a escola só conta com a acessibilidade pedagógica, para auxiliar alunos com algumas deficiências, que não necessitem de muitas mudanças nem no quadro funcional de profissionais, e nem na estrutura física do prédio onde funciona, por ser uma construção mais antiga.

Isto inclui as adequações necessárias, tanto no pedagógico, como na acessibilidade atitudinal, esta instituição tem hoje aluno com surdez e com Síndrome de Down, abrindo suas portas e permitido assim, que um novo projeto fosse acolhido, de maneira a buscar meios que facilitem a inclusão principalmente do aluno com surdez, devido a barreira comunicacional. Com a aprendizagem da LIBRAS terão ganho na aprendizagem de todos, com envolvimento dos profissionais, que com ele trabalham, sem gerar custo ou despesas para a instituição no corrente ano.

Percebe-se que nesta cidade, o maior número de alunos com deficiências concentra na rede pública municipal, tanto nos CEMEIs - Centros Municipais de Educação Infantil, atendendo do Berçário ao Pré- de cinco anos, como nos CEM - Centros Educacionais Municipais, que oferecem do Pré- de quatro anos até ao nono ano, até a EJA- Educação de Jovens e Adultos, gratuitamente.

Todas estas instituições têm acesso, quando necessário ao atendimento educacional especializado com todos os profissionais do departamento da secretaria da educação, NAI - Núcleo de Apoio à Inclusão, o qual dispõe de uma equipe multidisciplinar de professores especializados, para atender quaisquer deficiências nas salas de recursos multifuncionais e serviços de monitorias, que auxiliam esses alunos, tanto na realizações das tarefas na sala de aula e também no recreio, além de cuidadora, para os casos mais graves, que necessitem de ajuda para trocas de fraldas ou banhos. De Psicopedagogos e Psicólogos Escolares, Instrutores e Intérpretes de LIBRAS, professores do Sistema Braille. Além de contarem também com o Centro de Referência, que funciona dentro de um Centro Educacional Municipal, onde disponibiliza Fonoaudióloga, Psicólogo Clínico, professor do Sistema Braille, recursos tecnológicos que auxiliam na alfabetização, estimulação sensorial motora, na Mesa Alfabeto e

na Mesa Mundo da Descoberta. E ainda para a maioria desses alunos há transporte por conta da prefeitura.

Enquanto a estrutura na rede municipal oferece serviços especializados com todas as acessibilidades necessárias para a inclusão gratuitamente, nas escolas particulares que são cobradas mensalidades, não há uma procura relevante para alunos com deficiências, pois a população, quando necessita matricular um aluno com alguma deficiência, de imediato procura a rede municipal, onde conta com todos serviços e profissionais citados acima.

Nas escolas particulares, se fossem oferecidos esses serviços com disponibilidade de tais profissionais, seria mais complexo para a família, como por exemplo o transporte, que é pago pelos pais. O que não seria interessante para as famílias, já que tem toda estrutura totalmente gratuita, na rede pública municipal.

As escolas particulares, desse município, por ter a procura da maioria sem deficiências ou com apenas algumas síndromes, ou deficiências com poucas exigências, como no caso da Escola Infantil “Gotinha de Amor”. Assim formam turmas, que necessitem de profissionais habilitados apenas em Cursos Superiores de Pedagogia, sem a necessidade de contratação de especialistas nas áreas da inclusão ou com adaptações arquitetônicas dispendiosas para seus orçamentos, porém o que se prevê, para os próximos anos que, esta realidade deverá mudar, também nessas escolas, preocupando além das adequações arquitetônicas, também com alterações no projeto político pedagógicos das mesmas.

Esta instituição educacional que está abrindo suas portas para a inclusão de alunos com deficiência, abre uma nova possibilidade para as famílias, que buscam uma educação de qualidade e que valorizem as habilidades e potencialidades de seus filhos. Empecilhos podem ser contornados e as barreiras do preconceito derrubadas, facilitando a aprendizagem de todos, ultrapassando os muros das escolas no envolvimento com as famílias.

Percebe-se que devido ao poder competitivo das escolas privadas, mostrar que ela pode ensinar mais, sem adicionar custos, é fundamental. Isto não é só um investimento na aprendizagem do aluno com surdez e ouvintes, mas também um diferencial para o futuro. Uma demonstração de que a instituição está abrindo as portas para a inclusão. Isto prova que basta, instruir, sentir e persistir, para que a aprendizagem e o sucesso para todos sejam notáveis.

A inclusão assim poderá cada dia mais, sair da teoria e mostrar que a prática é também agradável e produtiva, até mais do que muitos pesam, e, em se falando na LIBRAS, esta é uma maneira funcional de se comunicar, pois além do entendimentos de ambas as partes, há também a aceitação do diferente, sendo isto saudável para todos. Após aprenderem sinalizar

de maneira estruturada, abrem-se novos olhares, onde o diferente passa ser igual, e não só uma língua ser compreensível mas, o entender o outro será percebível.

O vocabulário gestual será enriquecido cada dia mais, ao ter contato constante com a comunidade surda. O mundo será visto e sentido além das vozes, pois os olhares serão ampliados e compreendidos pelas mãos, que não só tocam, mas falam, expressam sentimentos e ideias concretas ou abstratas, fazendo uma nação que vivem dentro de um País, ser ouvida e incluída numa sociedade composta pela maioria ouvintes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Incluir é sentir e ir além das diferenças, mais do que estar dentro, é respeitar as limitações do outro, é aceitar suas habilidades e potencialidades, diante disto, também, está a acessibilidade, que é mais que derrubar paredes, construir rampas, colocar corrimãos ou pista tátil, é ir além na comunicação, é respeitar o que há de diferente no outro, seja ele, criança, jovem ou velho.

Derrubar a barreira na comunicação é desvendar o infinito que está na alma do outro, é dialogar e transmitir ideias, que vão além da fala ou da audição. É respeitar a individualidade de cada um, construir pensamentos com perspectivas que triunfem além da língua falada ou escrita, é discernir o inexplicável, é questionar através das mãos, com sinais de uma língua estruturada.

Acessibilidade comunicacional é oportunizar às pessoas com surdez, a descobrirem novos rumos, novos aprendizados dentro e fora da escola. É poder participar das conversas informais às mais complexas orações subordinadas adjetivas, não só viver nesse universo, mas ser coparticipante da história dele e dos outros.

Apostando no futuro, com disposição para auxiliar seus alunos, visando também as famílias, esta escola quando abre as portas, para o diferente, torna viável para todos, pois ser diferente é normal, não existe ninguém igual, todos são semelhantes, porém na diferença é que se encontram o agradável, o bonito, o ágil, a perfeição do ensinar e aprender, respeitar, viver e conviver.

## REFERÊNCIAS

BNCC - **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - MEC**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em 03 de junho de 2018.

BARNETT, Steven. **Communication with deaf and hard-of-hearing people: a guide for medical education**. Academic Medicine, Albuquerque, v.77, n.7, p.694-700. 2002.

BÍBLIA SAGRADA, traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BIOGRAFIA, **Samuel Heinicke**, 10 de abril de 1727 a 30 de abril de 1790, Nautschutz, Alemanha. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Samuel\\_Heinicke](https://pt.wikipedia.org/wiki/Samuel_Heinicke)>. Acesso em 04 de julho de 2018.

BRASIL, **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **LEI Nº 7.853, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1989**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm)>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **LEI Nº 10.436 DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_, **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **DECRETO Nº 3.956 DE 8 DE OUTUBRO DE 2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)>. Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **DECRETO Nº 5.626 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **DECRETO Nº 6.571/2008.** Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/tag/politica-nacional-de-educacao-especial/page/2/>>. Acesso em 04 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_, **DECRETO Nº. 6.949/2009, no art. 24.** Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/tag/politica-nacional-de-educacao-especial/page/2/>>. Acesso em 04 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_, **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11)>. Acesso em 10 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_, **DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm)>. Acesso em 29 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_, **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2015.** Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192)>. Acesso em 29 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_, **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009.** Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em 04 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_, (1998). **Educação Especial, o papel da família frente à surdez.** Programa de Capacitação de Recurso Humanos do Ensino fundamental – Deficiência Auditiva, volume I, Série Atualidades Pedagógicas 04, Brasília: MEC/ SEEESP (pp. 73-164).

CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal.** Lisboa: Surd'Universo. 2007.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo, **Atendimento Educacional Especializado, pessoas com surdez.** SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007.

DECHICHI, Cláudia; MOURÃO, Marisa Pinheiro; SILVA, Lazara Cristina da, (org.); SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. **Professor e surdez: cruzando caminhos produzindo olhares. Programa de formação continuada de professores em Educação Especial.** Uberlândia: EDUFU, 2009.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda. História, Ciências, Saúde – Manguinhos,** Rio de Janeiro, v.20, n.4, out. - dez. 2013, p.1713-1734.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma Gramática de Língua de Sinais**. – [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. 273p

FRANÇA, Ana Cláudia. **Como você pode contribuir com a acessibilidade de pessoas surdas**. Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/como-voce-pode-contribuir-com-a-acessibilidade-de-pessoas-surdas/>>. Acesso em 09 de julho de 2018.

GHIRARDI, Maria Izabel Garcez. **Representações da deficiência e práticas de reabilitação: uma análise do discurso técnico**. São Paulo: [s.n.]. 1999.

GODOI, P; SANTOS, M. F; SILVA, V. F. **Língua Brasileira de Sinais no Contexto Bilíngue**. Tupã, 2013. 38 p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização) – Faculdades FACCAT.

HARARI, Yuval Noah. **Uma Concisa História do Homo Sapiens**. São Paulo: Companhia do Livro, 2015.

LACERDA, C.B.F. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos**. Tese de doutorado da Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, 1996.

LADD, Paddy. **Understanding deaf culture: in search of deafhood**. Sydney: Multicultural Matters. 2003.

LASSWEL, Harold D. **Who gets what? When. How**. New York: Meredian Books, 1958.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer? 1**. Reimpressão – São Paulo: Summus, 2015.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEC. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 116 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 09 DE JULHO DE 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>>. Acesso em 17 de julho de 2018.

MONTEIRO, Caroline. Enem: quais as dificuldades que os surdos enfrentam na Educação brasileira? **Revista Nova Escola**. Nov. 2017. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/7094/enem-quais-as-dificuldades-que-os-surdos-enfrentam-na-educacao-brasileira>>. Acesso em 09 de julho de 2018.

NASCIMENTO, Márcia M. do. **Inclusão Social: primeiros passos**/ Márcia M. do Nascimento, Ivete Raffa: 2. Ed. São Paulo: Rideel, 2011.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, Antônio. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EDUSER: revista de educação**. v. 2(2), 2010. Inovação, Investigação em Educação. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3961/1/O%20estudo%20de%20caso%20com%20estrat%C3%A9gia%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<http://www.acessibilidadebrasil.org.br/joomla/destaques-acessibilidade/124-convencao-daonu-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

PERELLO, Jorge; TORTOSA, Francisco. **Sordomudez**. Barcelona: Científico-Médica. 1978.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROPOLI, Edilene Aparecida, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**/ Edilene Aparecida Ropoli... [et.al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

ROSA, Andréa da Silva. **Língua brasileira de sinais** / Andréa da Silva Rosa; Hélio Fonseca de Araújo. – São Paulo: Editora Sol, 2012.

SABANAI, NORIKO Lúcia, **A Evolução da Comunicação entre e com Surdos no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-12007/92-a-evolucao-da-comunicacao-entre-e-com-surdos-no-brasil>>. Acesso em 07 de julho de 2018.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

SOUZA, Celina. POLÍTICAS PÚBLICAS: uma revisão da literatura. **Revista Sociologia**. Porto Alegre, ano 08, nº 16 julho/dezembro, 2006. p. 20-45. Disponível em: <<file:///D:/USUARIO/Downloads/Políticas%20p%C3%ABlicas%20Celina%20Souza.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2018.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC. 2008a.

STROBEL, Karin. **Surdos: vestígios não registrados na história**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008b

THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. **Public Policy: The Essential Readings**. 2. ed. Boston: Pearson, 2013.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

## **ANEXO 1 –COMPÊNDIO**

### **ORIENTAÇÕES PARA EDUCADORES E FAMILIARES**

#### **1. MEU ALUNO É SURDO E AGORA?**

##### **1.1.O que é surdez?**

O art. 70 do capítulo IX das disposições finais do Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004, considera “Deficiência Auditiva como perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz”.

“A surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição.” (MEC, 2006).

Podendo ser causadas durante a gestação por infecções como sarampo, caxumba, sífilis, herpes, uso de drogas e medicamentos, alcoolismo materno ou transmitida de forma hereditária. Mas pode ser causada durante o nascimento através do parto de fórceps ou prematuro e/ou desnutrição.

Ainda há as causas após o nascimento, devido a permanência na incubadora, e meningite bacteriana.

A surdez não tira a possibilidade de comunicação para tais pessoas, pois através da língua de sinais, elas podem perceber, conhecer o mundo e compreender qualquer assunto, através da comunicação gestual visual.

O que deve ser notado desde cedo numa criança, é se a mesma percebe os sons que a rodeia, se na idade esperada desenvolve a linguagem ou se demora a falar ou a faz de maneira incorreta. Pois se não ouve a mãe, também não ouvirá os sons ao seu redor. Nos casos mais graves, não se assusta com barulhos de portas batendo, de música em alto volumes, sendo geralmente a família os primeiros a suspeitar da perda auditiva, sendo assim, quanto mais cedo for a avaliação clínica do otorrinolaringologista e o diagnóstico, mais viável é o início da comunicação gestual.

Esta é com raríssima exceção, a primeira indagação da família e da escola quando recebem o laudo com o diagnóstico do otorrinolaringologista, de que o filho ou aluno tem surdez.

##### **1.2. O QUE FAZER?**

Esta é a principal preocupação, porém a melhor maneira é buscarem conhecimentos sobre essa perda auditiva. Porém é bom pensar que, esse aluno com surdez, tem apenas a limitação de um sentido, há ainda os outros sentidos (visão, tato, paladar e tato), que chamamos de remanescentes, para usufruir de grandes conhecimentos, se estimulado da melhor maneira possível, principalmente em se falando da comunicação, pois o mesmo poderá utilizar as mãos para transmitir ideias, pensamentos, numa língua estruturada, que é a língua de sinais - LIBRAS. Obtendo assim todos os conhecimentos necessários, para uma vida acadêmica e social promissora.

### **1.3. A LIBRAS**

O que é LIBRAS? É a língua brasileira de sinais, utilizada na comunicação entre surdos/surdos e surdos/ouvintes, sendo que a mesma tem estrutura linguística própria, (NASCIMENTO, 2011). No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais tem sua origem na Língua de Sinais Francesa, sendo reconhecida como uma língua com estrutura própria por meio da Lei 10.436/2002.

LIBRAS pode ser entendida como um sistema de representação gestual de conceitos, com o qual surdos e usuários-conhecedores comunicam-se entre si.

Poucos são os responsáveis, que ao receberem o diagnóstico de surdez de uma criança, que a comunicação gestual deve ser ensinada naturalmente como a oral, assim como as palavras são repetidas inúmeras vezes naturalmente, para uma criança enquanto as ações são praticadas, o mesmo deverá ser feito com os sinais, pois a memorização é pela repetição, pois a criança vai colecionando as variedades de sons e no momento certo conforme sua maturidade, ela repetirá naturalmente de acordo com suas necessidades. Assim também será através da linguagem gestual/visual, as crianças irão repetir os gestos naturalmente, assim que isto fizer sentido e necessário para elas.

As etapas para aquisição da língua gestual para uma criança com surdez é a mesma por uma criança ouvinte com a língua oral/auditiva, visto que apresentam também algumas limitações naturais no processo de desenvolvimento, (MEC 2006).

Se observamos as crianças antes da aquisição da fala, elas balbuciam, faz gestos num interação com o ambiente, numa comunicação gestual natural.

Quanto mais cedo a criança com surdez tiver contato com a língua de sinais, mais rápido será seu aprendizado e maior será seu vocabulário gestual e a compreensão do mundo que a rodeia.

Para o aprendizado e a comunicação através da língua de sinais, são necessários constantes treinos e convívio com surdos e/ou a comunidade surda, sendo isto viável e aconselhável, para os familiares/responsáveis por pessoas com surdez, principalmente em idade escolar, para que adquiram mais conhecimentos específicos dessa comunidade e também tenham a aquisição correta dos sinais, fluindo assim uma comunicação proveitosa, tanto nas intuições escolares, como em casa.

## **2. ESCOLA E EM CASA**

### **2.1. COMO AJUDAR UM ALUNO COM SURDEZ A PROGREDIR NA ESCOLA?**

Sendo os responsáveis ouvintes e sem o domínio da LIBRAS, o primeiro passo é, que todos eles aprendem essa modalidade gestual visual, para a melhor comunicação entre todos envolvidos na formação acadêmica e social desse aluno com surdez. Participando ativamente das suas atividades escolares. MEC/SEESP,98.

Bom será também, que todos que estiverem envolvidos, nos processos educacionais dele, aprendam a língua de sinais, e assim comuniquem com ele através da LIBRAS. Envolvendo-os ainda mais na escola, bem como nas brincadeiras e conversas informais dentro e fora dela.

## **2.2. COMO PROCEDER EM CASA E NA ESCOLA PARA QUE O AMBIENTE SEJA ALFABETIZADOR?**

O ideal é etiquetar tudo que for possível, com os nomes e os sinais correspondentes, assim tanto a língua portuguesa na modalidade escrita, como a língua de sinais farão parte de seu cotidiano.

A ministração dos conteúdos, das disciplinas, deverão ser o mais visual possível, pois sendo assim, os alunos com surdez conseguirão formar conceitos e compreender o que lhe ensinado e os alunos ouvintes beneficiarão dos mesmos recursos, sendo que o visual é melhor memorizado, MEC/SEESP,98.

Ser atendido pelo AEE – atendimento educacional especializado, nas três modalidades: AEE de LIBRAS, AEE em LIBRAS e AEE da língua portuguesa, (DAMÁZIO, 2007), para consolidar o aprendizado, na mesma escola, caso ofereça ou em outra instituição por escolha da família.

## **2.3. COMO TRANSMITIR AO ALUNO COM SURDEZ, SOBRE CULTURA E COMUNIDADE SURDA?**

Os responsáveis devem frequentar a sociedade de surdos local, onde poderão conhecer mais sobre os direitos das pessoas com surdez e aprenderem mais sinais, atualizando assim o vocabulário gestual, percebendo as necessidades de estarem juntos com pessoas, que pensam e lutam pelos ideais dos surdos, numa vida social e de lazer com essa comunidade, MEC/SEESP,98.

## **3. O ESSENCIAL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

### **GLOSSÁRIO**

Este glossário não está organizado em ordem alfabética. Ele segue, em vez, a ordem de situações de comunicação. Assim, sua pretensão não ser igual a de um minidicionário.

Em (CAPOVILLA et al, 2017), as diretrizes de um dicionário de LIBRAS ficam claras, inclusive por apresentar uma explicação para cada entrada lexical.

Este glossário é um produto, um resumo, das situações-chaves para a comunicação básica com LIBRAS.

Ele será utilizado como ferramenta de trabalho na formação inicial de professores em LIBRAS, na educação básica e também para as famílias de alunos com surdez.